

CADERNO DE ENCARGOS

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

Parte I

Disposições gerais

Secção I

Do Acordo Quadro

Cláusula 1.^a – Definições

Cláusula 2.^a – Âmbito

Cláusula 3.^a – Lotes e seu objeto

Cláusula 4.^a – Prazo de vigência

Cláusula 5.^a – Forma e documentos contratuais

Cláusula 6.^a – Obrigações do cocontratante

Cláusula 7.^a – Direito de opção

Cláusula 8.^a – Cumprimento dos contratos de acordo-quadro

Cláusula 9.^a – Resolução por incumprimento contratual

Cláusula 10.^a – Suspensão dos acordos quadro

Cláusula 11.^a – Cessão da posição contratual

Cláusula 12.^a – Caução nos contratos de acordos quadro

Secção II

Dos contratos de empreitada

Cláusula 13.^a – Objeto e preço contratual

Cláusula 14.^a – Composição e condições de cada empreitada

Cláusula 15.^a – Prazo de execução

Cláusula 16.^a – Procedimento de adjudicação

Cláusula 17.^a – Celebração do contrato e consignação da obra

Parte II

Disposições especiais relativas à execução dos contratos de empreitada

Cláusula 18.^a – Execução do Contrato

Cláusula 19.^a – Projeto

Cláusula 20.^a – Preparação e planeamento da execução da obra

Cláusula 21.^a – Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

Cláusula 22.^a – Prazo de execução da empreitada

Cláusula 23.^a – Cumprimento do plano de trabalhos

Cláusula 24.^a – Sanções por incumprimento do Contrato

Cláusula 25.^a – Atos e direitos de terceiros

Cláusula 26.^a – Informações sobre o local da obra

Cláusula 27.^a – Condições gerais de execução dos trabalhos

Cláusula 28.^a – Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção

Cláusula 29.^a – Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra

Cláusula 30.^a – Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção

Cláusula 31.^a – Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção

Cláusula 32.^a – Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção

Cláusula 33.^a – Aplicação dos materiais e elementos de construção

Cláusula 34.^a – Substituição de materiais e elementos de construção

Cláusula 35.^a – Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra

Cláusula 36.^a – Erros ou omissões do projeto e de outros documentos

Cláusula 37.^a – Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro

Cláusula 38.^a – Menções obrigatórias no local dos trabalhos

Cláusula 39.^a – Ensaios

Cláusula 40.^a – Medições

Cláusula 41.^a – Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

- Cláusula 42.^a – Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra
- Cláusula 43.^a – Encargos do empreiteiro
- Cláusula 44.^a – Obrigações gerais
- Cláusula 45.^a – Horário de trabalho
- Cláusula 46.^a – Segurança, higiene e saúde no trabalho
- Cláusula 47.^a – Preço e condições de pagamento
- Cláusula 48.^a – Adiantamentos ao empreiteiro
- Cláusula 49.^a – Reembolso dos adiantamentos
- Cláusula 50.^a – Descontos nos pagamentos
- Cláusula 51.^a – Mora no pagamento
- Cláusula 52.^a – Revisão de preços
- Cláusula 53.^a – Contratos de seguro
- Cláusula 54.^a – Objeto dos Contratos de seguro
- Cláusula 55.^a – Representação do empreiteiro
- Cláusula 56.^a – Representação do dono da obra
- Cláusula 57.^a – Reuniões periódicas
- Cláusula 58.^a - Livro de registo da obra
- Cláusula 59.^a – Receção provisória
- Cláusula 60.^a – Prazo de garantia
- Cláusula 61.^a – Receção definitiva
- Cláusula 62.^a – Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução
- Cláusula 63.^a – Deveres de colaboração recíproca e informação
- Cláusula 64.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual
- Cláusula 65.^a – Resolução do Contrato pelo dono da obra
- Cláusula 66.^a – Resolução do Contrato pelo empreiteiro
- Cláusula 67.^a – Foro competente
- Cláusula 68.^a – Comunicações e notificações
- Cláusula 69.^a – Contagem dos prazos
-

Anexos ao Caderno de Encargos:

Anexo I – Delimitação geográfica (Zona Litoral, Zona Beira-Rio e Zona Interior) mapa dos empreendimentos de habitação social em V. N. de Gaia.

Anexo II – Listagem com a identificação dos empreendimentos dos três lotes.

PARTE I

Disposições gerais

Secção I

Do acordo-quadro

Cláusula 1.ª

Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos são adotadas as seguintes definições:

- a) Acordo-quadro: instrumento contratual, dividido em três lotes, utilizado pelo contraente público com vista a disciplinar relações contratuais futuras relativas à execução de trabalhos de reabilitação, manutenção, conservação e ampliação de equipamentos municipais, ao longo de um determinado período de tempo, mediante a fixação antecipada dos respetivos termos;
- b) Contraente público: GAIURB – URBANISMO E HABITAÇÃO, EM;
- c) Cocontratantes: entidades a quem foram adjudicadas as propostas dos lotes do acordo quadro e dos contratos de empreitada a celebrar ao abrigo do mesmo.

Cláusula 2.ª

Âmbito

- 1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos dois contratos a celebrar com os empreiteiros que venham a ser adjudicatários no âmbito do concurso público designado por “CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO-QUADRO SINGULAR PARA A REALIZAÇÃO DE EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE HABITAÇÕES DEVOLUTAS NOS EMPREENDIMENTO SOCIAIS DE VILA NOVA DE GAIA” (ZONA LITORAL, ZONA BEIRA-RIO e ZONA INTERIOR), bem como, ainda, as cláusulas a incluir nos contratos de empreitada a celebrar ao abrigo daqueles contratos.
- 2 - O acordo-quadro é singular, nos termos do disposto na alínea a) do nº 1, do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos (doravante abreviadamente designado por

CCP) e tem por objeto a atribuição ao contraente público, do direito de vir a celebrar, com o adjudicatário de cada lote, múltiplos contratos de empreitada de obras públicas.

Cláusula 3.ª

Lotes e seu objeto

- 1 - O Acordo-quadro divide-se em três lotes (Zona Litoral, Zona Beira-Rio e Zona Interior), identificados e devidamente delimitados no **Anexo I** ao presente caderno de encargos.
- 2 - A cada lote corresponderá a celebração de um contrato autónomo, aqui denominado por “contrato de acordo-quadro Lote Zona Litoral ou Lote Zona Beira-Rio ou Lote Zona Interior”, com vista à execução das obras, objeto do presente procedimento, nos empreendimentos elencados no **Anexo II** da presente peça, sem prejuízo do número seguinte.
- 3 - A entidade adjudicante, na pendência da vigência dos contratos de acordo-quadro, reserva-se o direito de adjudicar trabalhos em equipamentos não elencados no Anexo mencionado no número anterior, quando, por força de lei, contrato ou qualquer outro instrumento jurídico, a propriedade e/ou a gestão daqueles equipamentos estejam a cargo da GAIURB, EM.

Cláusula 4.ª

Prazo de vigência

- 1 - Os contratos de **acordo-quadro têm a duração de 2 (dois) anos**, a contar da data da respetiva assinatura e consideram-se automaticamente prorrogados por períodos sucessivos de 1 (um) ano, se nenhuma das partes os denunciar, até ao limite de 2 (dois) anos.
- 2 - A denúncia dos contratos deve ser efetuada mediante notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção e com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação ao seu termo.

- 3 - Após os primeiros 6 (seis) meses de vigência dos contratos de acordo-quadro poderão ser denunciados a qualquer momento pelo contraente público, com um pré-aviso de 15 (quinze) dias contados da data pretendida para a cessação dos efeitos, sem que os cocontratantes possam reclamar ou exigir qualquer compensação ou indenização com base na denúncia.

Cláusula 5.ª

Forma e documentos contratuais

- 1 - Os contratos do acordo-quadro serão celebrados por escrito.
 - 2 - Fazem parte integrante dos contratos os seguintes documentos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do presente caderno de encargos identificados pelos interessados, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao presente caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) As respetivas propostas adjudicadas;
 - e) Os esclarecimentos sobre as propostas adjudicadas prestados pelos adjudicatários;
 - f) Todos os outros documentos que sejam referidos nos clausulados contratuais ou no caderno de encargos.
 - 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
 - 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e os clausulados dos contratos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelos adjudicatários nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma.
-

Cláusula 6.ª

Obrigações do cocontratante

Para além das obrigações previstas no CCP, constituem obrigações dos cocontratantes dos contratos de acordo-quadro:

- a) Executar perfeita e pontualmente os contratos de empreitada que lhe sejam adjudicados ao abrigo do acordo quadro;
- b) Executar os trabalhos conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, as características técnicas e demais requisitos constantes do caderno de encargos e dos documentos contratuais;
- c) Executar as empreitadas com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- d) Comunicar antecipadamente à GAIURB, EM os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução dos trabalhos adjudicados ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, logo que deles tenha conhecimento;
- e) Não alterar as condições da execução das empreitadas fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
- f) Prestar de forma correta, atempada e fidedigna as informações referentes às condições de execução das empreitadas, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, ou que o contraente público entenda necessário, de acordo com as circunstâncias;
- g) Não ceder a posição contratual nos contratos celebrados ao abrigo dos contratos do acordo-quadro;
- h) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos celebrados e que altere, designadamente, a respetiva denominação e sede social, representantes legais, a situação jurídica ou situação comercial;
- i) Sujeitar-se à ação fiscalizadora do contraente público, ou dos seus representantes.

Cláusula 7.ª

Direito de opção

Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 255.º do CCP, da celebração dos contratos de acordo-quadro não decorre para o contraente público a obrigatoriedade de celebrar contratos ao abrigo dos mesmos, ficando, assim, na esfera discricionária do contraente público a decisão de vir a celebrar tais contratos que terão, cada um deles, por objeto a execução de trabalhos enquadráveis no **Anexo B** ao programa do procedimento.

Cláusula 8.ª

Cumprimento dos contratos de acordo-quadro

Cada contrato de acordo-quadro considera-se integralmente cumprido decorrido que esteja o respetivo prazo de vigência, nos termos do nº 1 da cláusula 4.ª, e/ou pela respetiva execução financeira, no montante de **360.000,00 €** (trezentos e sessenta mil euros), acrescido de IVA.

Cláusula 9.ª

Resolução por incumprimento contratual

- 1 - O incumprimento das obrigações dos cocontratantes que resultam dos contratos de acordo-quadro ou dos contratos celebrados ao abrigo daqueles confere ao contraente público o direito à resolução do acordo-quadro relativamente ao cocontratante faltoso, bem como o direito de solicitar o correspondente ressarcimento de todos os prejuízos causados.
- 2 - Sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, consubstancia incumprimento a verificação de qualquer das seguintes situações:
 - a) Incumprimento das obrigações que resultam dos presentes contratos de acordo-quadro ou de qualquer contrato celebrado ao abrigo dos mesmos;
 - b) Inobservância das regras de procedimento inerentes à adjudicação de qualquer empreitada, tal como se encontram definidas no presente caderno de encargos;

- c) Não comparência na sede do contraente público para outorgar um contrato de empreitada;
 - d) Incumprimento do prazo para a outorga de qualquer contrato de empreitada, sem qualquer justificação aceite pelo contraente público;
 - e) Incumprimento das obrigações relativas aos pagamentos das contribuições à Administração Fiscal ou à Segurança Social;
 - f) Prestação de falsas declarações;
- 3 - A sanção de resolução é notificada ao cocontratante por carta registada com aviso de receção, com indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.

Cláusula 10.ª

Suspensão dos contratos de acordo-quadro

- 1 - Por motivos de interesse público, o contraente público pode suspender total ou parcialmente a execução dos contratos de acordo-quadro.
- 2 - A suspensão, efetuada através de carta registada com aviso de receção, produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação dos cocontratantes, salvo se da referida notificação constar data posterior.
- 3 - O contraente público pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução dos contratos.
- 4 - Os cocontratantes não podem reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do acordo-quadro.
- 5 - A suspensão do acordo-quadro não determina a suspensão ou revogação dos procedimentos já lançados ao abrigo dos mesmos, nem tem qualquer impacto nos contratos em execução.

Cláusula 11.ª

Cessão da posição contratual

Os cocontratantes podem ceder a sua posição nos contratos de acordo-quadro mediante autorização prévia escrita do contraente público, nos termos do CCP.

Cláusula 12.ª

Caução nos contratos de acordo-quadro

- 1 - No âmbito de cada contrato de acordo quadro, o respetivo adjudicatário garantirá por caução, em valor correspondente a **1.000,00 €** (mil euros), a obrigação de celebrar contratos nas condições previstas nos contratos de acordo-quadro, à medida que a entidade adjudicante o requeira.
- 2 - As cauções manter-se-ão válidas até ao cumprimento integral dos contratos, nos termos da cláusula 8.ª, sendo promovidas, no prazo de 30 (trinta) dias após aquele evento, as respetivas liberações pelo contraente público.
- 3 - No caso do cocontratante de cada contrato não cumprir com a obrigação prevista no nº 1 da presente cláusula, o contraente público pode executar a caução prestada a seu favor.

Secção II

Dos contratos de empreitada

Cláusula 13.ª

Objeto e preço contratual

- 1 - Os contratos de empreitada a celebrar ao abrigo dos contratos de acordo-quadro terão por objeto a execução da totalidade ou parte dos trabalhos tipificados no Mapa de Trabalhos patenteado a concurso, sem prejuízo do disposto no nº 3 do artigo 257.º do CCP, o que expressamente se ressalva.
- 2 - O preço contratual de cada empreitada será o correspondente ao somatório dos preços unitários constantes de cada contrato de acordo-quadro, aplicados às

quantidades de trabalhos a executar e constantes dos mapas de trabalhos identificados pelo contraente público em cada notificação de adjudicação a que se refere a cláusula 16ª.

Cláusula 14.ª

Composição e condições de cada empreitada

- 1 - Cada empreitada compreenderá no mínimo a reabilitação de 4 (quatro) habitações e no máximo 10 (dez) habitações;
- 2 - Poderá ser adjudicada a reabilitação de habitações fora do intervalo acima referido desde que o adjudicatário aceite a sua realização;
- 3 - Não poderá ser exigida ao adjudicatário mais do que 3 frentes de trabalho em simultâneo quando as mesmas se situam em empreendimentos distanciados entre si mais do que 10 (dez) km;

Cláusula 15.ª

Prazo de execução

- 1 - O prazo de execução de cada empreitada resultará da aplicação da fórmula seguinte:

$$P_E = 7 \times H_l + 14 \times H_p$$

Em que:

P_E – Prazo de execução da empreitada;

H_l – Número de habitações com nível de intervenção ligeiro / médio;

H_p – Número de habitações com nível de intervenção médio / elevado;

- 2 - Independentemente do disposto no número anterior, o prazo mínimo de execução de qualquer empreitada será sempre de 30 (trinta) dias.

Cláusula 16.ª

Procedimento de adjudicação

- 1 - Identificada qualquer necessidade de intervenção pelo contraente público, este notificará os empreiteiros, por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita eletrónica de dados, da adjudicação da empreitada.
- 2 - Da notificação deve constar:
 - a) A identificação das entidades adjudicante e adjudicatária;
 - b) A indicação do ato de adjudicação, seu autor e data;
 - c) A minuta do contrato, quando aplicável, incluindo a referência à data e órgão competente para a sua aprovação;
 - d) A descrição do objeto contratual;
 - e) O preço contratual, resultante da aplicação dos preços unitários constantes de cada contrato de acordo-quadro ao tipo de trabalhos a executar no âmbito da empreitada adjudicada, traduzida na lista de preços unitários;
 - f) O prazo de execução da obra;
 - g) O projeto de execução e demais elementos constantes do artigo 43.º do CCP, salvo se houver lugar à aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 42.º daquele código, casos de manifesta simplicidade;
 - h) Não será exigida a prestação de caução pelo adjudicatário para a execução da obra. No entanto, será efetuada a retenção de 5% do valor dos pagamentos por aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP;
 - i) A referência aos seguintes documentos de habilitação, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de **5 (cinco) dias** contados da presente notificação:
 - Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II ao CCP**, a que corresponde o modelo constante do Anexo E ao programa do procedimento;

- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP;
- Caso se verifique o recurso a subempreiteiros:
 - Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II ao CCP**, a que corresponde o modelo constante do Anexo E ao programa do procedimento;
 - Número de Alvará ou de Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas (caso aplicável);
 - Documentos comprovativos de que o subempreiteiro não se encontra nas situações previstas nas alíneas b),d),e) e i) do artigo 55º do CCP;
 - Certidão da Conservatória do Registo Comercial, e;
 - Declaração de compromisso relativa à execução dos trabalhos que se propõe realizar.
- Declaração que identifique o Diretor de Obra (representante do adjudicatário), acompanhada de documento emitido pelo Organismo ou Associação Profissional em que se encontra inscrito, comprovativa de que o mesmo detém a qualificação específica para assumir a direção da obra, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 4.º da Lei nº 40/2015, de 1 de junho, que altera e republica a Lei nº 31/2009, de 3 de junho;
- Identificação nominal do Técnico afeto à Segurança em Obra;
- Identificação nominal do Responsável pela implementação do Plano de Gestão de Resíduos da Construção e da Demolição;
- Desenvolvimento Prático do Plano de Segurança e Saúde / Preenchimento das Fichas de Procedimentos de Segurança.

3 - A notificação a que alude o número anterior corresponderá ao exercício do direito de opção previsto na cláusula 7ª do presente caderno de encargos e, portanto, à concretização do contrato de empreitada.

- 4 - A notificação considera-se efetuada na data da respetiva expedição.
- 5 - O plano de trabalhos para a obra, elaborado nos termos do artigo 361.º do CCP, deverá ser apresentado pelo adjudicatário no mesmo prazo disponibilizado para efeitos de entrega dos documentos de habilitação.

Cláusula 17.ª

Celebração do contrato e consignação da obra

- 1 - Quando seja legalmente exigível a redução do contrato a escrito, o contraente público comunicará ao adjudicatário a data, hora e local em que ocorrerá a celebração do contrato.
- 2 - Será, ainda, comunicado ao adjudicatário, a data agendada para a posterior consignação da obra, a qual poderá ocorrer no dia imediatamente subsequente à celebração do contrato, se for da vontade do dono da obra.

Parte II

Disposições especiais relativas à execução dos contratos de empreitada

Cláusula 18.ª

Execução do Contrato

- 1 - A execução do Contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
 - c) À Lei n.º 40/2015, de 1 de junho;
 - d) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;

- e) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
- f) Às regras da arte.

Cláusula 19.ª

Projeto

- 1 - O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o que consta da notificação promovida nos termos da cláusula 16.ª do presente caderno de encargos.
- 2 - Até à data da receção provisória e nos casos em que haja alterações propostas pelo empreiteiro, este entregará ao dono da obra uma coleção atualizada de todos os desenhos, elaborados em papel e igualmente em formato digital, nomeadamente através de CD, com peças gráficas em formato DWG ou DXF (georeferenciados no sistema Hayford – Gauss, Datum 73, quando aplicável), e respetivos ficheiros de plotagem.
- 3 - O empreiteiro deverá, até à data da receção provisória, proceder à entrega da compilação técnica da obra, conforme artigo 16.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro.

Cláusula 20.ª

Preparação e planeamento da execução da obra

- 1 - O empreiteiro é responsável:
 - a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e

saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição que acompanham o projeto de execução;

- b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea h) do n.º 4 da presente cláusula.

2 - A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao empreiteiro.

3 - O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

- a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
- b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho ;
- c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
- d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.

4 - A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

- a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;

- b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
- c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP, sem prejuízo do direito de o empreiteiro apresentar reclamação relativamente aos erros e omissões que só lhe seja exigível detetar posteriormente, nos termos previstos neste preceito e no n.º 2 do artigo 61.º do CCP;
- d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;
- e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
- f) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
- g) A aprovação pelo dono da obra do documento referido na alínea f);
- h) A elaboração pelo empreiteiro de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde / fichas de procedimentos de segurança, da responsabilidade do dono de obra, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

Cláusula 21.ª

Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

- 1 - O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.
- 2 - No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, se for caso disso, em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30

dias a contar da data da notificação da mesma, a qual deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.

- 3 - Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro ou por razões relacionadas com a execução de trabalhos de suprimento de erros ou omissões e/ou trabalhos a mais, no prazo de 10 dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.
- 4 - Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado, nos termos do artigo 404.º do CCP.
- 5 - O dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo do nº 3 da presente cláusula no prazo de 15 dias, quando se trate de erros ou omissões, ou de 10 dias, quando se trate de trabalhos a mais, após a notificação da mencionada proposta, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.
- 6 - Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Cláusula 22.ª

Prazo de execução da empreitada

- 1 - O empreiteiro obriga-se a:
 - a) Iniciar a execução da obra na data da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do Desenvolvimento Prático do Plano de Segurança e

Saúde / Fichas de Procedimentos de Segurança, caso esta última data seja posterior;

- b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;
- c) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria para efeitos da sua receção provisória no prazo definido na notificação a que se reporta a cláusula 16.^a.

2 - No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, sem prejuízo da aplicação das sanções definidas na cláusula 24.^a, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

3 - Pela conclusão da execução da obra antes do prazo fixado na alínea c) do n.º 1 o dono da obra, em caso algum, atribuirá prémios ao empreiteiro.

4 - Se houver lugar à execução de trabalhos a mais cuja execução prejudique o normal desenvolvimento do plano de trabalhos e desde que o empreiteiro o requeira, o prazo para conclusão da obra será prorrogado nos seguintes termos:

- a) Sempre que se trate de trabalhos a mais da mesma espécie dos definidos no Contrato, proporcionalmente ao que estiver estabelecido nos prazos parcelares de execução constantes do plano de trabalhos aprovado e atendendo ao seu enquadramento geral na empreitada;
- b) Quando os trabalhos forem de espécie diversa dos que constam no Contrato, por acordo entre o dono da obra e o empreiteiro, considerando as particularidades técnicas da execução.

5 - Na falta de acordo quanto ao cálculo da prorrogação do prazo contratual previsto na cláusula anterior, proceder-se-á de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 373.º do CCP.

-
- 6 - Sempre que ocorra suspensão dos trabalhos não imputável ao empreiteiro, considerar-se-ão automaticamente prorrogados, por período igual ao da suspensão, o prazo global de execução da obra e os prazos parciais que, previstos no plano de trabalhos em vigor, sejam afetados por essa suspensão.

Cláusula 23.ª

Cumprimento do plano de trabalhos

- 1 - O empreiteiro informará mensalmente o Diretor de Fiscalização da obra, se outra periodicidade não for por este fixada, dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor, através de relatórios que deverão ser entregues à Fiscalização.
- 2 - Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o Diretor de Fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.
- 3 - No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 4 da cláusula 21.ª.

Cláusula 24.ª

Sanções por incumprimento do Contrato

- 1 - Pelo incumprimento das obrigações emergentes da empreitada, o dono da obra pode aplicar ao empreiteiro sanções correspondentes ao pagamento de montantes a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos e nas condições estabelecidas nas alíneas seguintes, nomeadamente:
 - a) Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ do preço contratual;

- b) No caso de incumprimento de prazos parciais vinculativos de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto na alínea anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade;
 - c) Pela falta de cumprimento dos prazos estabelecidos para corrigir defeitos verificados em determinada obra, pode ser aplicada multa de 0.5‰ por cada dia de atraso no início ou na conclusão dos trabalhos e em relação aos prazos estabelecidos na notificação. Esta multa será aplicada por cada trabalho ou parte do mesmo;
 - d) Se se verificar a mora ou o incumprimento de qualquer obrigação contratual não referida nas alíneas anteriores, o dono da obra pode ainda aplicar sanção de montante variável, por cada dia de atraso, de até 1‰ do preço contratual.
- 2 - A aplicação das sanções contratuais será precedida de auto lavrado pelo Diretor de Fiscalização, do qual será notificado o empreiteiro para se pronunciar ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do Código de Procedimento Administrativo.
- 3 - No caso previsto na alínea b) do número anterior, o empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais vinculativos de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento a que alude o nº 1, GAIURB, EM tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do empreiteiro e as consequências do incumprimento, nomeadamente, os prejuízos reais sofridos pelo dono da obra.
- 5 - As penas pecuniárias não obstam a que GAIURB, EM exija uma indemnização pelo dano excedente.
-

Cláusula 25.ª

Atos e direitos de terceiros

- 1 - Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o Diretor de Fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.
- 2 - No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao Diretor de Fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Cláusula 26.ª

Informações sobre o local de obra

- 1 - Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no Contrato constitui obrigação do empreiteiro inteirar-se localmente das condições de realização dos trabalhos referentes à empreitada.
- 2 - Fica pois entendido que o empreiteiro tem cabal conhecimento, designadamente, da natureza, importância e localização das obras a executar, da natureza e do estado de conservação em que se encontra o local da obra, das vias e meios de acesso aos locais da obra, pelo que não poderá invocar quaisquer condicionalismos para se eximir ou atenuar a responsabilidade que assume com a execução da empreitada.

Cláusula 27.ª

Condições gerais de execução dos trabalhos

- 1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
- 2 - Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas no caderno de encargos.
- 3 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra, não se obrigando o dono da obra a considerá-las todas ou mesmo autorizá-las. Para o efeito, deverá o empreiteiro proceder à atualização da documentação entregue e eventualmente aprovada.

Cláusula 28.^a

Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção

- 1 - Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no respetivo projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos.
 - 2 - Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas características, o empreiteiro não poderá empregar materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.
 - 3 - No caso de dúvida quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar-se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia.
-

- 4 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 61.º e 378.º do CCP quando aplicáveis, nos casos previstos nos n.ºs 2 e 3 desta cláusula, ou sempre que o empreiteiro entenda que as características dos materiais e elementos de construção fixadas no projeto ou nos restantes documentos contratuais não são tecnicamente aconselháveis ou as mais convenientes, o empreiteiro comunicará o facto ao dono da obra e apresentará uma proposta de alteração fundamentada e acompanhada com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos materiais e elementos de construção e para a execução dos trabalhos correspondentes, bem como, de alteração de preços a que a aplicação daqueles materiais e elementos de construção possa dar lugar.
- 5 - A proposta prevista no número anterior deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da empreitada e sempre de modo a que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos.
- 6 - Se o dono da obra, no prazo de 15 dias, não se pronunciar sobre a proposta e não determinar a suspensão dos respetivos trabalhos, o empreiteiro utilizará os materiais e elementos de construção previstos no projeto e nos restantes documentos contratuais.
- 7 - O regime de responsabilidade pelo aumento de encargos resultante de alteração das características técnicas dos materiais e elementos de construção, ou o regime aplicável à sua eventual diminuição, é o regime definido no CCP para os «trabalhos a mais e a menos» ou para a «responsabilidade por erros e omissões», consoante a referida alteração configure «trabalhos a mais ou a menos» ou «trabalhos de suprimento de erros e omissões».

Cláusula 29.ª

Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra

- 1 - Se o dono da obra entender conveniente empregar na mesma materiais ou elementos de construção que lhe pertençam ou provenientes de outras obras ou demolições, o empreiteiro será obrigado a fazê-lo, descontando-se, se for caso disso, no preço da
-

empreitada o respetivo custo ou retificando-se o preço dos trabalhos em que aqueles forem aplicados.

- 2 - O disposto no número anterior não será aplicável se o empreiteiro demonstrar já haver adquirido os materiais necessários para a execução dos trabalhos ou na medida em que o tiver feito.

Cláusula 30.^a

Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção

- 1 - Sempre que deva ser verificada a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar com as estabelecidas no projeto e nos restantes documentos contratuais, o empreiteiro submetê-los-á à aprovação do dono da obra.
- 2 - Em qualquer momento poderá o empreiteiro solicitar a referida aprovação, considerando-se a mesma concedida se o dono da obra não se pronunciar nos 15 dias subsequentes, exceto no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo, no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período de tempo, pelo dono da obra ao empreiteiro.
- 3 - O empreiteiro é obrigado a fornecer ao dono da obra as amostras de materiais e elementos de construção que este lhe solicitar.
- 4 - A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas.
- 5 - Salvo disposição em contrário, os encargos com a realização dos ensaios correrão por conta do dono da obra.

Cláusula 31.^a

Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção

- 1 - Se for negada a aprovação dos materiais e elementos de construção e o empreiteiro entender que a mesma devia ter sido concedida pelo facto de estes satisfazerem as

condições contratualmente estabelecidas, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e apresentar ao dono da obra reclamação fundamentada no prazo de 10 dias.

- 2 - A reclamação considera-se deferida se o dono da obra não notificar o empreiteiro da respetiva decisão nos 15 dias subsequentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pelo dono da obra ao empreiteiro.
- 3 - Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do empreiteiro dê origem serão suportados pela parte que decair.

Cláusula 32.ª

Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção

- 1 - Uma vez aprovados os materiais e elementos de construção para obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade.
- 2 - No ato de aprovação dos materiais e elementos de construção poderá o empreiteiro exigir que se colham amostras de qualquer deles.
- 3 - Se a modificação da qualidade dos materiais e elementos de construção resultar de causa imputável ao empreiteiro, este deverá substituí-los à sua custa.

Cláusula 33.ª

Aplicação dos materiais e elementos de construção

Os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo empreiteiro em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratualmente estabelecidas, seguindo-se, na falta de tais especificações, as normas oficiais em vigor, ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo empreiteiro e aprovados pelo dono da obra.

Cláusula 34.ª

Substituição de materiais e elementos de construção

- 1 - Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros, com os necessários requisitos, os materiais e elementos de construção que:
 - a) Sejam diferentes dos aprovados;
 - b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.
- 2 - As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do empreiteiro.
- 3 - Se o empreiteiro entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 desta cláusula, poderá pedir a colheita de amostras e reclamar.

Cláusula 35.ª

Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra

O empreiteiro não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do dono da obra, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

Cláusula 36.ª

Erros ou omissões do projeto e de outros documentos

- 1 - O empreiteiro deve comunicar ao Diretor de Fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.
- 2 - O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo dono da obra, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito.

- 3 - Só pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões quando o somatório do preço atribuído a tais trabalhos com o preço de anteriores trabalhos da mesma natureza não exceder 10% do preço contratual.
- 4 - Para efeitos de determinação da responsabilidade pelos trabalhos complementares que se destinem ao suprimento de erros e omissões aplica-se o previsto no artigo 378.º do CCP.

Cláusula 37.ª

Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro

- 1 - Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.
- 2 - Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.
- 3 - Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra e apreciadas pelo autor do projeto de execução.

Cláusula 38.ª

Menções obrigatórias no local dos trabalhos

- 1 - Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro.
 - 2 - O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual, do Plano de Segurança e Saúde / Fichas de Procedimentos de
-

Segurança e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

- 3 - O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos Contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
- 4 - Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.
- 5 - O empreiteiro obriga-se, ainda, a ter patente no local da obra a Comunicação Prévia (nos casos aplicáveis) e restante documentação de acordo com o estabelecido na legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.
- 6 - Deverá, igualmente, em cumprimento do nº 5 do Artigo 10º do D.L. 46/2008, de 12 de março, manter no local da obra o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

Cláusula 39.ª

Ensaaios

- 1 - Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.
- 2 - Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.
- 3 - No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, por conta do dono da obra.

Cláusula 40.ª

Medições

- 1 - As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.
- 2 - As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.
- 3 - Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:
 - a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
 - b) As normas definidas no projeto de execução;
 - c) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
 - d) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 41.ª

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

- 1 - Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra, correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.
- 2 - No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemnizá-lo-á por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

-
- 3 - O disposto nos números anteriores não é, todavia, aplicável a materiais e a elementos ou processos de construção definidos neste caderno de encargos para os quais se torne indispensável o uso de direitos de propriedade industrial quando o dono da obra não indique a existência de tais direitos.
 - 4 - No caso previsto no número anterior, o empreiteiro, se tiver conhecimento da existência dos direitos em causa, não iniciará os trabalhos que envolvam o seu uso sem que o Diretor de Fiscalização da obra, quando para tanto for consultado, o notificar, por escrito, de como deve proceder.

Cláusula 42.ª

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

- 1 - Ao dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.
 - 2 - Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o Diretor de Fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução da empreitada ou outros prejuízos.
 - 3 - Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.
 - 4 - No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:
-

- a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;
- b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

Cláusula 43.ª

Encargos do empreiteiro

- 1 - Correm inteiramente por conta do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos em património municipal ou por terceiros, até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de proteção ou segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.
- 2 - Constituem, ainda, encargos do empreiteiro:
 - a) Tudo o que for necessário para a execução completa dos trabalhos abrangidos pelo Contrato, de acordo com a melhor técnica e regras de arte de construir e de harmonia com as especificações técnicas e de acordo com as condições expressas no projeto e demais documentos patenteados, instruções de fabricantes e disposições legais aplicáveis;
 - b) O reforço dos meios de ação necessários para a recuperação de atrasos no andamento dos trabalhos que lhe seja exigível;
 - c) A iluminação, vigilância e sinalização e, se necessário, a vedação das obras e instalações para o pessoal;
 - d) As medidas necessárias para evitar ou reduzir os incómodos provocados a terceiros;
 - e) A conservação e a limpeza do local da obra onde se realizam os trabalhos até à sua receção provisória;

- f) Todos os encargos decorrentes dos consumos de água e de eletricidade, durante a execução da empreitada e/ou quaisquer outros relativos às concessionárias de serviços.

Cláusula 44.ª

Obrigações gerais

- 1 - São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
- 2 - O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.
- 3 - A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.
- 4 - As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

Cláusula 45.ª

Horário de trabalho

- 1 - O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao Diretor de Fiscalização da obra.
- 2 - Quando o empreiteiro, por sua iniciativa, proceda à execução de trabalhos nas situações previstas no número 1 da presente cláusula, sem que para tal, obtenha a

necessária autorização, pode o dono da obra exigir-lhe o pagamento do acréscimo de custos das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da fiscalização.

Cláusula 46.^a

Segurança, higiene e saúde no trabalho

- 1 - O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, bem como a outras pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
- 2 - O empreiteiro deverá ter um Responsável pelo cumprimento do Plano de Segurança e Saúde.
- 3 - O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
- 4 - No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o Diretor de Fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.
- 5 - Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o Diretor de Fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra.
- 6 - O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o Diretor de Fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra e às pessoas intervenientes temporária ou

permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados.

Cláusula 47.^a

Preço e condições de pagamento

- 1 - Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total resultante da lista de preços unitários, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do Contrato.
- 2 - Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 40.^a.
- 3 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a apresentação da respetiva fatura.
- 4 - As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo Diretor de Fiscalização da obra.
- 5 - Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo Diretor de Fiscalização da obra condicionada à efetiva realização daqueles.
- 6 - No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o Diretor de Fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo Diretor de Fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.
- 7 - O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no n.º 3 no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo Diretor de Fiscalização da obra, quer para os valores que

vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira fatura emitida.

8 - O preço a pagar e respetivos prazos de execução por trabalhos a mais e trabalhos respeitantes ao suprimento de erros e omissões são fixados nos seguintes termos:

- a) Tratando-se de preços de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no Contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis o preço contratual e os prazos parciais de execução previstos no plano de trabalhos para essa espécie de trabalhos;
- b) Para trabalhos de espécie diferente ou da mesma espécie de outros previstos no Contrato mas a executar em condições diferentes deve o empreiteiro apresentar uma proposta de preço e prazo de execução, no prazo de 10 dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos.

9 - O dono da obra deverá pronunciar-se sobre a proposta do empreiteiro no prazo de 10 dias podendo, em caso de não aceitação, apresentar uma contra-proposta.

10 - Enquanto não houver acordo sobre os preços a aplicar aos trabalhos a mais estes serão liquidados com base nos preços constantes da contra-proposta do dono da obra referida no número anterior, efetuando-se, se for caso disso, a correspondente correção, nos termos do nº 5 do artigo 373.º do CCP.

11 - O pagamento de trabalhos a mais e trabalhos para suprimento de erros e omissões é efetuado nos termos dos números 2 a 7 anteriores.

12 - Os trabalhos a mais ou a menos que se destinem à realização da mesma empreitada serão obrigatoriamente executados pelo empreiteiro, após ordem escrita do dono da obra e fornecimento dos elementos técnicos indispensáveis à sua execução.

Cláusula 48.ª

Adiantamentos ao empreiteiro

- 1 - O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.
- 2 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução.
- 3 - Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.
- 4 - A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.
- 5 - Decorrido o prazo de execução dos trabalhos abrangidos pelo adiantamento sem que tenha ocorrido a liberação da correspondente caução, o empreiteiro pode notificar o dono da obra para que este cumpra a obrigação de liberação da caução, ficando autorizado a promovê-la, a título parcial ou integral, se, 15 dias após a notificação, o dono da obra não tiver dado cumprimento à referida obrigação, nos termos do n.º 9 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 49.ª

Reembolso dos adiantamentos

Os adiantamentos concedidos nos termos da cláusula anterior devem ser gradualmente reembolsados, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais, sendo as quantias a deduzir calculadas com base nas seguintes fórmulas:

- a) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja inferior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$V_{ri} = \frac{V_a}{V_t} \times V_{pt} - V_{rt}$$

- b) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja igual ou superior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$V_{ri} = \frac{V_a}{V_t} \times V'_{pt} - V_{rt}$$

Em que:

V_{ri} é o valor de cada reembolso a deduzir na situação de trabalhos contratuais;

V_a é o valor do adiantamento;

V_t é o valor dos trabalhos contratuais por realizar à data de pagamento do adiantamento;

V_{pt} é o valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, até ao mês em que se processa o reembolso, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor;

V'_{pt} é o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados até ao mês em que se processa o reembolso;

V_{rt} é o valor acumulado dos reembolsos já deduzidos até ao mês em que se processa o reembolso.

Cláusula 50.ª

Descontos nos pagamentos

- 1 - Não será exigida a prestação de caução, procedendo, a entidade adjudicante, à **retenção de 5% do valor dos pagamentos parciais a efetuar**, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

- 2 - O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

Cláusula 51.ª

Mora no pagamento

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

Cláusula 52.ª

Revisão de preços

- 1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, por referência aos preços do mês anterior ao da apresentação do plano de trabalhos para cada concreta obra a executar ao abrigo dos contratos de acordo quadro.
- 2 - A revisão de preços será efetuada de acordo com a seguinte fórmula:

F06 - Reabilitação média de edifícios – publicada no despacho nº 22637/2004 (2ª série), de 12 de outubro:

$$C_t = 0,55S_t/S_{to} + 0,01M_{03t}/M_{03o} + 0,06M_{10t}/M_{10o} + 0,02M_{13t}/M_{13o} + 0,02M_{20t}/M_{20o} + 0,07M_{24t}/M_{24o} + 0,09M_{29t}/M_{29o} + 0,02M_{42t}/M_{42o} + 0,02M_{46t}/M_{46o} + 0,04E_t/E_{to} + 0,10$$

Em que:

<i>Designação</i>	<i>Materiais</i>
S_t	Mão-de-Obra
M_{03}	Inertes
M_{10}	Azulejos e mosaicos
M_{13}	Chapa de aço macio

M ₂₀	Cimento em saco
M ₂₄	Madeiras de pinho
M ₂₉	Tintas para construção civil
M ₄₂	Tubagem de aço e aparelhos para canalizações
M ₄₆	Produtos para instalações elétricas
E _t	Equipamento de apoio

E em que:

<i>Materiais</i>	<i>Coefficientes de Influência</i>
Mão-de-Obra (S)	0,55
Inertes (M ₀₃)	0,01
Azulejos e mosaicos (M ₁₀)	0,06
Chapa de aço macio (M ₁₃)	0,02
Cimento em saco (M ₂₀)	0,02
Madeiras de pinho (M ₂₄)	0,07
Tintas para construção civil (M ₂₉)	0,09
Tubagem de aço e aparelhos para canalizações (M ₄₂)	0,02
Produtos para instalações elétricas (M ₄₆)	0,02
Equipamentos de Apoio (E)	0,04
Constante	0,10

- 3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.
- 4 - A revisão de preços relativa a períodos de prorrogação só será de atender quando resulte de trabalhos a mais ou de outras situações imputáveis ao dono da obra e caso se verifique que o prazo global de execução daí decorrente obrigou ao aumento do *caminho crítico* do plano definitivo de trabalhos.
- 5 - Sem prejuízo da sua apresentação pelo empreiteiro, os cálculos da revisão de preços são elaborados pelo dono da obra.

Cláusula 53.^a

Contratos de seguro

- 1 - O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas neste

caderno de encargos e na legislação aplicável, devendo exhibir cópia dos mesmos, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data da consignação.

- 2 - O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
- 3 - O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo admitida a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição destes documentos.
- 4 - Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os Contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
- 5 - Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro.
- 6 - Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e ou que tenha suportado.
- 7 - O empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à obra ou ao estaleiro, até à data em que deixem de o estar.

Cláusula 54.^a

Objeto dos contratos de seguro

- 1 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros

se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho, de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

- 2 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deverá abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo que os veículos afetos à obras pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados.
- 3 - O empreiteiro obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinando a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis.
- 4 - No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.
- 5 - O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 2 desta cláusula, deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.

Cláusula 55.ª

Representação do empreiteiro

- 1 - Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um Diretor de Obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

- 2 - O empreiteiro obriga-se confiar a sua representação a técnico com as qualificações mínimas exigidas pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.
- 3 - As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao Diretor de Obra.
- 4 - O Diretor de Obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.
- 5 - O dono da obra poderá impor a substituição do Diretor de Obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito, com base em razões objetivas e ou inerentes à atuação profissional do Diretor de Obra.
- 6 - Na ausência ou impedimento do Diretor de Obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o Diretor de Fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
- 7 - O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.
- 8 - Atentas as funções que legalmente se encontram cometidas ao Diretor de Obra e ao Responsável pelo cumprimento da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, competências que o dono-da-obra pretende sejam individualizadas e bem demarcadas no desenvolvimento da empreitada, o adjudicatário não poderá acumular as funções do segundo Técnico aqui referido com as do Diretor de Obra.
- 9 - O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de aplicação do plano de gestão de resíduos da construção e demolição.

Cláusula 56.ª

Representação do dono da obra

- 1 - Durante a execução o dono da obra é representado por um Diretor de Fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no

caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

- 2 - O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do Diretor de Fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos, até à data da consignação ou na primeira consignação parcial.
- 3 - O Diretor de Fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

Cláusula 57.ª

Reuniões periódicas

- 1 - Com a periodicidade a indicar pelo Diretor de Fiscalização da obra serão realizadas reuniões de obra para acompanhamento dos trabalhos, com a presença obrigatória do Diretor de Obra, o qual deverá encontrar-se na posse de toda a informação necessária aos assuntos a tratar nas referidas reuniões.
- 2 - Sem prejuízo do disposto em 1, quando o Diretor de Fiscalização o entender, poderá exigir a realização de reuniões periódicas, vocacionadas para determinada especialidade, no âmbito do acompanhamento da empreitada. Nestas reuniões, poderá ser exigida a comparência de um qualquer elemento afeto ao empreiteiro, ou por si subcontratado, no âmbito da especialidade em causa.

Cláusula 58.ª

Livro de registo da obra

- 1 - O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo Diretor de Fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

-
- 2 - Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:
- a) alterações ao projeto;
 - b) ensaios de materiais;
 - c) ensaios de estanquidade;
 - d) data de betonagens;
 - e) razões de interrupções da obra;
 - f) acidentes com pessoal;
 - g) prejuízos a terceiros;
 - h) outros acontecimentos relevantes.
- 3 - O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo Diretor de Fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.
- 4 - À data da efetiva receção provisória dos trabalhos deverá o livro de obra ser entregue ao Diretor de Fiscalização da obra.

Cláusula 59.ª

Receção provisória

- 1 - A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou do prazos parciais de execução da obra.
- 2 - No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.
- 3 - O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.
-

Cláusula 60.ª

Prazo de garantia

- 1 - Na data de assinatura do auto de receção provisória inicia-se o prazo de garantia, durante o qual o empreiteiro está obrigado a corrigir todos os defeitos da obra.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, o prazo de garantia da obra fixa-se os seguintes termos:
 - a) 10 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais;
 - b) 5 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas;
 - c) 2 anos, no caso de defeitos relativos a equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.
- 3 - Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, os prazos de garantia fixados nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizáveis.
- 4 - Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.
- 5 - O empreiteiro tem a obrigação de corrigir, a expensas suas, todos os defeitos da obra e dos equipamentos nela integrados, que sejam identificados até ao termo do prazo de garantia fixado, entendendo-se como tais, designadamente, quaisquer desconformidades entre a obra executada e os equipamentos fornecidos ou integrados e o estabelecido no Contrato.

Cláusula 61.ª

Receção definitiva

- 1 - No final dos prazos de garantia previstos na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

- 2 - Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.
- 3 - A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:
 - a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
 - b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.
- 4 - No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.
- 5 - São aplicáveis à vistoria e ao auto de receção definitiva, bem como à falta de agendamento ou realização de vistoria pelo dono da obra os preceitos que regulam a receção provisória quanto às mesmas matérias, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 398.º do CCP.

Cláusula 62.ª

Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

- 1 - Feita a receção definitiva de toda a obra são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito, sendo também promovida a extinção da caução prestada pelo empreiteiro.
 - 2 - Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os
-

defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos termos previsto no artigo 295.º do CCP.

- 3 - No caso de haver lugar a receções definitivas parciais, a liberação da caução prevista no número anterior é promovida na proporção do valor respeitante à receção parcial.

Cláusula 63.ª

Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do Contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 64.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1 - O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas nos documentos de habilitação, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
- 2 - O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.
- 3 - Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.
- 4 - O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo Diretor de Fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

-
- 5 - O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
- 6 - No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
- 7 - A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.
- 8 - A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

Cláusula 65.ª

Resolução do Contrato pelo dono da obra

- 1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o Contrato nos seguintes casos:
- a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;
 - b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
 - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa fé;
 - e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
-

- f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao Contrato;
- g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;
- h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
- i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
- j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
- k) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;
- l) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
- m) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
- n) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;
- o) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;
- p) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2 - Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3 - No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4 - A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 66.ª

Resolução do Contrato pelo empreiteiro

1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o Contrato nos seguintes casos:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao dono da obra;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do Contrato;
- e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao Contrato;
- f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do Contrato por facto não imputável ao empreiteiro;

-
- g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;
 - h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao Contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;
 - i) Se a suspensão da empreitada se mantiver:
 - i. Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;
 - ii. Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;
 - j) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.
- 2 - No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do Contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
- 3 - O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
- 4 - Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 67.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 68.ª

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contato constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 69.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

ANEXO I - DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA (ZONAS LITORAL, BEIRA-RIO E INTERIOR)
MAPA DOS EMPREENDIMENTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL EM V. N. DE GAIA



CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO II - IDENTIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS POR LOTES

LOTE ZONA LITORAL		
ID	Empreendimentos	Freguesias
3	Bela Vista	Madalena
7	Coronel Pinto Simões	Canidelo
8	Cova da Loba II	Canidelo
15	Dr. Barbosa de Melo	Canidelo
21	Manuel Pacheco Miranda	Canidelo
29	Ruy de Carvalho	União de Freguesias de Mafamude e <u>Vilar do Paraíso</u>
4	Boa Nova	União de Freguesias de Gulpilhares e <u>Valadares</u>
20	General Ramalho Eanes	União de Freguesias de Gulpilhares e <u>Valadares</u>
1	Alberto Martins de Andrade	São Félix da Marinha
18	Dr. Mota Amaral	Arcozelo

LOTE ZONA BEIRA-RIO		
ID	Empreendimentos	Freguesias
6	Cavaco I e II	União de Freguesias de Santa Marinha e <u>São Pedro da Afurada</u>
12	D. Manuel Clemente	União de Freguesias de <u>Santa Marinha</u> e São Pedro da Afurada
2	Balteiro II e III	Vilar de Andorinho
22	Quinta Monte Grande	Vilar de Andorinho
31	Vila D'Este	Vilar de Andorinho
13	D. Manuel Martins	Oliveira do Douro
17	Dr. Mário Cal Brandão	Avintes
9	Crasto	União de Freguesias de <u>Sandim</u> , Olival, Lever e Crestuma
11	D. Armindo Lopes Coelho	União de Freguesias de Sandim, <u>Olival</u> , Lever e Crestuma
14	Dr. Adelino Amaro da Costa	União de Freguesias de Sandim, <u>Olival</u> , Lever e Crestuma
24	Padre Vítor Melícias	União de Freguesias de Sandim, Olival, <u>Lever</u> e Crestuma

LOTE ZONA INTERIOR		
ID	Empreendimentos	Freguesias
23	Padre Américo	Canelas
28	Rosa Mota	Canelas
10	D. António Ferreira Gomes	União de Freguesias de Serzedo e Perosinho
19	Eusébio da Silva Ferreira	União de Freguesias de <u>Serzedo</u> e Perosinho
25	Perosinho	União de Freguesias de Serzedo e Perosinho
5	Cancela	União de Freguesias de Grijó e <u>Sermonde</u>
16	Dr. Francisco Pinto Balsemão	União de Freguesias de Grijó e <u>Sermonde</u>
26	Presa Nova	União de Freguesias de <u>Grijó</u> e Sermonde
27	Prof. Carlos Alberto Mota Pinto	União de Freguesias de <u>Pedroso</u> e Seixezelo
30	Tabosa	União de Freguesias de <u>Pedroso</u> e Seixezelo

Nota: A localização exata dos empreendimentos pode ser consultada através do link:
<https://www.gaiurb-habitacao.pt/parquehabit>